

Demonstrações Financeiras em 31.12.2018 e 31.12.2017

Nº 15054

Balancos Patrimoniais

ATIVO			PASSIVO				
	NOTA	2018	2017		NOTA	2018	2017
ATIVO CIRCULANTE		419.880,30	623.091,85	PASSIVO CIRCULANTE		175.995,93	349.738,29
Caixa e Equivalente Caixa	4.1	360.723,77	526.411,28	Fornecedores		8.599,65	7.334,33
Valores a Receber	4.2	40.485,34	66.652,70	Créditos Projetos sociais a Incorrer		9.416,93	118.547,68
Outros Créditos		18.671,19	30.027,87	Obrigações Trabalhistas e Sociais	4.4	150.871,35	206.511,58
				Contas a pagar		7.108,00	17.344,70
ATIVO NÃO CIRCULANTE		3.155.772,28	3.138.723,92	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		525.650,00	545.900,00
Terrenos e Edificações	4.3	4.549.136,23	4.496.861,88	Provisão para Contingências	4.5	465.150,00	465.150,00
Máquinas, Móveis e Veículos	4.3	694.669,48	694.669,48	Acordos Judiciais a pagar	4.6	60.500,00	80.750,00
(-) Depreciações Acumuladas	4.3	(2.088.033,43)	(2.052.807,44)	PATRIMÔNIO SOCIAL		2.874.006,65	2.866.177,48
TOTAL DO ATIVO		3.575.652,58	3.761.815,77	Patrimônio Social		2.866.177,48	2.924.385,13
				Superavit/Déficit do Exercício		7.829,17	(58.207,65)
				TOTAL DO PASSIVO		3.575.652,58	3.761.815,77

Demonstração dos Resultados Sociais

	NOTA	2018	2017
(+) RECEITAS OPERACIONAIS		3.800.526,63	4.803.531,08
Próprias e Doações Particulares	4.7	2.624.032,49	2.927.797,87
Doações Particulares		1.600.902,77	1.635.041,06
Receitas de Eventos		728.842,34	830.320,54
Aluguéis e Condomínios		165.203,72	146.313,27
Vou Vencer/Adolecente Aprendiz		124.195,25	104.863,47
Créditos Nota Fiscal Paulista		4.888,41	13.959,53
Projetos Incorridos sem restrições			197.300,00
Convênios com Entidades Públicas	4.8	1.090.910,59	1.794.094,68
Exterior Doações Ler para Transformar		85.583,55	81.638,53
(+) OUTRAS RECEITAS		513.566,53	794.239,56
Ganho ou Perda na venda de bens		-	104.086,56
Gratuidades Recebidas Governamentais	4.9	513.566,53	690.153,00
(-) DESPESAS DAS ATIVIDADES SOCIAIS		2.281.529,02	3.351.577,42
Pessoal e Encargos	4.10	1.728.957,26	2.511.084,36
Materiais de Consumo e Gerais	4.10	552.571,76	840.493,06
(-) DESPESAS OPERACIONAIS		2.013.267,08	2.110.810,20
Administrativas Pessoal e Gerais		1.235.571,33	1.371.571,29
Eventos e Pousada		742.469,76	705.336,91
Depreciações e Amortizações		35.225,99	33.902,00
(-) RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO		11.467,89	26.860,18
Despesas Financeiras		24.352,75	66.718,84
(-) Receitas Financeiras		(12.884,86)	(39.858,66)
SUPERAVITS DOS EXERCÍCIOS		7.829,17	108.522,84

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	2018	2017	
MÉTODO INDIRETO	(113.413,16)	32.323,83	
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Superavit/Déficit Líquido do Exercício	7.829,17	108.522,84	
Depreciações e amortizações	35.225,99	33.902,00	
Aumentos / Reduções			
Convênios a receber	26.167,36	21.083,33	
Outros Créditos	11.356,68	(20.561,88)	
Aluguéis a Receber	-	39.738,74	
Fornecedores	1.265,32	1.925,79	
Créditos Projetos a Incorrer	(109.130,75)	(242.787,66)	
Obrigações Trabalhistas e Sociais	(55.640,23)	15.340,53	
Contas a pagar	(30.486,70)	75.160,14	
ATIVIDADES INVESTIMENTOS	(52.274,35)	(377.461,93)	
Aquisição de Ativo Imobilizado	(52.274,35)	(363.857,87)	
Vendas ativos	-	(13.604,06)	
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	-	(1.257,81)	
Ajuste Exercício Anterior	-	(1.257,81)	
Aumento/ Diminuição Caixa e Eq. Caixa	(165.687,51)	(346.395,91)	
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO			
Caixa e Equivalente Caixa em 01.01	526.411,28	872.807,19	
Caixa e Equivalente Caixa em 31.12	360.723,77	526.411,28	
Aumento/ Diminuição Caixa e Eq. Caixa	(165.687,51)	(346.395,91)	
	PATRIMÔNIO SOCIAL	SUPERAVIT DÉFICIT	TOTAL
EM 31.12.2016	2.924.385,13	(165.472,68)	2.758.912,45
Ajustes Exercícios anteriores	-	(1.257,81)	(1.257,81)
Superavit do Exercício	-	108.522,84	108.522,84
EM 31.12.2017	2.924.385,13	(58.207,65)	2.866.177,48
Transferências entre contas	(58.207,65)	58.207,65	-
Superavit do Exercício	-	7.829,17	7.829,17
EM 31.12.2018	2.866.177,48	7.829,17	2.874.006,65

Araçariçuma, 31 de dezembro de 2018

Silvia Oliveira França
Presidente

Cláudio Roberto Lopes
CRC 1 SP 171.992/0-0

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS EM 31.12.2018

NOTA 01. - CONTEXTO OPERACIONAL

A Associação Educacional e Beneficente Vale da Bênção, também identificada pela sigla AEBVB, é uma entidade civil e filantrópica constituída sem objetivos lucrativos, com a finalidade de prestar serviços de caráter social, cultural e educacional, promovendo assistência social a crianças e adolescentes carentes, idosos e família, sem distinção de raça, credo político e religioso, através de creches, casa lar, abrigos, escolas, liberdade assistida, casas de recuperação, programas para terceira idade e refugiados.

A Entidade reconhecida de Utilidade Pública Federal, Decreto de 16.09.1997, Estadual Lei nº 9025 de 26.12.1994, Município de São Roque Lei nº 2100/92, Município de Sorocaba lei nº 5201 de 16.09.1996, Município de Araçariçuma Lei nº 371/27.10.2004, registro no CNAS Conselho Nacional de Assistência Social nº 014077-09 de 17.09.1997, SEADS/SP inscrição nº 04/1063, SMAS/SP certificado nº 19.171, CRCE São Paulo nº 1348/2012, COMAS São Paulo inscrição nº 618/2012, CMAS Sorocaba inscrição nº 06 em

30.04.2010, CMAS Araçariçuma inscrição nº 001/2000, segue a legislação específica do setor vigentes e normas do Estatuto Social.

NOTA 02. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações Contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na NBC ITG 2002 – Entidades sem finalidade de Lucro, NBC TG (R1) Subvenção e Assistência Governamentais, NBC TG 1000 – Contabilidade para pequenas e médias empresas.

NOTA 03. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLITICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente aos exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

(a) Instrumentos Financeiros – Caixa e Equivalente de Caixa, abrangem saldos de caixa e bancos conta movimento, e os recursos financeiros que a Associação possui, que estão vinculados a projetos são apresentados nas rubricas de Recursos financeiros e projetos, Aplicações financeiras

Nº 15054

vinculadas demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, tendo como contrapartida o resultado do exercício. Essas aplicações, embora de liquidez imediata, têm sua movimentação restrita, dependendo de autorização da Administração ou, quando requerido do poder público.

(b) Recursos financeiros do Contrato de Gestão e Recursos financeiros de Projetos - Estão representados por saldos bancários, demonstrados ao custo, e aplicações Financeiras de curto prazo, demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, a serem aplicados na execução do contrato de gestão ou dos projetos. No caso os projetos e rendimentos auferidos nas aplicações financeiras são apropriados na rubrica de créditos de projetos sociais a incorrer.

(c) Transações em moeda estrangeira - Ativos monetários recebidos em moedas estrangeiras são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação e são geralmente reconhecidos no resultado.

(d) Imobilizado - Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição ou doação, deduzido do valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos e tendo como base, não considerando o valor residual dos bens.

(e) Fornecedores - as contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades, as referidas contas a pagar são classificadas como passivo circulante se o pagamento for devido de até um ano.

(f) Créditos de Projetos Sociais a Incorrer - estão representados substancialmente pelos valores recebidos dos convênios com órgãos Públicos e doações particulares para execução dos projetos sociais, o montante ainda não utilizado ficam registrados no passivo circulante representado pela parcela que ainda deverá ser aplicada nos projetos acrescidos dos rendimentos financeiros auferidos decorrentes de sua aplicação.

(g) Provisões - são reconhecidas quando a associação tem uma obrigação presente legal ou implica como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária.

(h) Tributos - A associação por ser sem fins lucrativos não está sujeita à incidência do imposto de renda e nem da contribuição sobre os resultados apurados em cada Exercício.

(i) Patrimônio Líquido - Constituído pela dotação inicial de seus instituidores e por doações recebidas de terceiros, acrescido ou diminuído do superávit ou déficit apurado em cada exercício.

(j) Contas de Resultados Apuração do superávit (déficit) - Exceto as receitas de doações para custeios que são registradas por ocasião do efetivo recebimento dos recursos, as demais receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência durante o exercício, A receita de gratuidade está representada pelas isenções de Tributos e Contribuições Sociais sobre a folha de salários.

(L) Benefícios a empregados - A Associação não mantém planos de pensão, previdência privada ou qualquer outro plano de aposentadoria ou de benefícios para os empregados e dirigentes.

(m) Normas e interpretações ainda não adotadas - novas normas e alterações de normas foram efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. As normas mais relevantes ainda não adotadas pela Associação são

seção 17 e 27 da TG 1000, Associação planeja adotar estas normas em momento oportuno.

NOTA 04. DETALHAMENTO DOS SALDOS

4.1. CAIXA E EQUIVALENTE CAIXA	2018	2017
Caixa Geral	142,75	466,70
Bancos c/ Movimentos com Restrição	52.300,00	8.043,53
Aplicações Financeiras com Restrição	9.416,93	135.026,37
Bancos c/ Movimentos sem Restrição	32.997,48	18.651,92
Aplicações Financeiras sem Restrição	265.866,61	364.222,76
Total	360.723,77	526.411,28

Incluem os saldos de caixa, bancos com ou sem restrições, aplicações e fundos de investimentos de liquidez imediata com ou sem restrições, e são demonstrados ao custo acrescidos dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do balanço. Os recursos sem restrições são recursos próprios da Instituição, oriundos das receitas de doações, enquanto os recursos com restrições referem a valores recebidos através de Convênios e Projetos a serem aplicados nos objetos específicos conveniados entre as partes.

4.2. VALORES A RECEBER	2018	2017
CONVÊNIOS A RECEBER		
DraDs Casa Nova Vida	-	28.800,00
PM Sorocaba Verba Estadual	28.583,34	6.875,00
PM Sorocaba Verba Federal	-	12.173,60
CONTAS A RECEBER		
Numerários em Trânsito	-	6.900,00
INSS a compensar	-	2,10
Jaraguá Equipamentos Industriais Ltda.	11.902,00	11.902,00
Total	40.485,34	66.652,70

Parcela a receber do Convênio com a Prefeitura Municipal de Sorocaba, verba com restrições, destinados aos projetos específicos conveniados.

A empresa Jaraguá Equipamentos, encontra-se atualmente em recuperação Judicial, o crédito consta no rol dos credores do referido processo

4.3 IMOBILIZADO	2017	ADIÇÕES	2018
Terrenos	422.776,49	-	422.776,49
Prédios e Edifícios	4.074.085,39	52.274,35	4.126.359,74
Veículos	93.647,83	-	93.647,83
Máquinas e Equipamentos	601.021,65	-	601.021,65
Total	5.191.531,36	52.274,35	5.243.805,71
DEPRECIACÕES ACUMULADAS			
Prédios e Edifícios	1.506.210,61	-	1.506.210,61
Máquinas Equipamentos e Veículos	546.596,83	35.225,99	581.822,82
Total	2.052.807,44	35.225,99	2.088.033,43
Residual	3.138.723,92		3.155.772,28

Um item do imobilizado é deixado do seu uso integralmente ou quando da sua venda ou total obsolescência, não há benefícios econômicos futuros Exceto para os veículos. Quaisquer ganhos ou perdas na venda de algum bem ou sua baixa do imobilizado são determinadas pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado superávit ou déficit. A Associação não adota a prática de inventários anuais dos ativos. A administração planeja o inventário específico e seu controle patrimonial.

4.4. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E SOCIAIS	2018	2017
Provisões para Férias	135.604,49	187.976,91
Provisões FGTS s/ Férias	10.848,14	15.038,30
Provisões de Pis s/ Férias	1.356,12	1.879,82
Outras provisões	1.836,24	1.616,55
Salários a pagar Eventos	874,76	-
Total	150.519,75	206.511,58

Provisionamento das Férias vencidas e proporcionais a vencer com os respectivos encargos sociais devidos até o dia 31/12/2018

Nº 15054

4.5. COMPROMISSOS COM TERCEIROS

PROVISÕES DE CONTINGÊNCIAS IMOBILIÁRIAS	2018	2017
Terreno Centro Evangélico	326.400,00	326.400,00
Terreno para desmembramento	138.750,00	138.750,00
Total	465.150,00	465.150,00

Contingência Imobiliária constituída para fins da não outorga das escrituras dos terrenos vendidos em 05/06/2006, e 24/05/2005, cuja áreas consta na matrícula principal do imóvel da AEBVB.

4.6 ACORDOS JUDICIAIS A PAGAR	2018	2017
Elias Zanotti Miguel Fahur	60.500,00	80.750,00

Saldo a pagar referente ao acordo judicial firmado em 21/03/2017.

4.7 RECEITAS PRÓPRIAS E PARTICULARES	2018	2017
Doações	1.600.902,77	1.619.768,06
Eventos	728.842,34	830.320,54
Aluguéis e Condomínios	165.203,72	146.313,27
Adolescente Aprendiz	124.195,25	104.863,47
Créditos na Nota Fiscal Paulista	4.888,41	13.959,53
Projetos Incorridos Verbas Salarias	-	98.400,00
Projetos Incorridos Vou Vencer	-	35.300,00
Projetos Incorridos Arte e Vida	-	35.000,00
Projetos Incorridos Leitura	-	28.600,00
Associação Natal sem Fome	-	15.000,00
Renas	-	273,00
Totais	2.624.032,49	2.927.797,87

Receitas recebidas no transcorrer do exercício de 2018, mediante as entradas efetivas dos recursos financeiros em conta corrente bancária ou em espécie escriturada no livro caixa. Os projetos incorridos se referem aos recursos destinados as unidades de serviços para realização de atividades específicas. Em 2018 devido as reduções dos recebimentos das doações particulares, não foram destinados recursos para os projetos específicos.

4.8 CONVÊNIOS COM ENTIDADES PÚBLICAS	2018	2017
SASF Perus	326.980,45	716.330,67
PM Sorocaba Casa Nova Vida Verba Municipal	232.533,29	206.633,22
PM Sorocaba Casa Nova Vida Verba Estadual	107.800,00	60.450,00
PM Sorocaba Casa Nova Vida Verba Federal	91.666,68	126.499,98
PM São Roque	77.022,46	150.181,68
PM Araçariçuma Verba de Reordenamento	50.000,00	77.068,66
PM Araçariçuma Casa da Criança Verba Municipal	30.000,00	10.000,00
Drads Casa Nova Vida e Cidade da Criança	28.800,00	345.600,00
PM Araçoiaba	25.000,00	34.700,00
PM Araçariçuma Casa da Criança Verba Federal	8.760,00	17.942,81
Projetos Incorridos c/ Restrição Convênios SASF Perus	87.894,00	26.837,14
Projetos Incorridos c/ Restrição Drads C. N. Vida e C. da Criança	21.236,75	18.650,52
PM Araçariçuma Casa da Criança Verba FUMCAD	3.216,96	-
PM Araçariçuma Verba Municipal	-	3.200,00
Totais	1.090.910,59	1.794.094,68

4.9 BENEFÍCIOS RECEBIDOS E CONCEDIDOS - GRATUIDADES

Demonstração dos benefícios usufruídos pela entidade com as isenções fiscais em conforme ao item 27, letra "c" da ITG 2002 (R1), a saber:

RENUNCIAS FISCAIS	2018	2017
INSS quota Patronal	459.306,88	632.849,01
Cofins s/ Receitas de Eventos	21.865,27	24.909,61
IPU dos Imóveis de Araçariçuma	32.394,38	32.394,38
Totais	513.566,53	690.153,00

Demonstração dos benefícios concedidos no desenvolvimento das atividades sociais de atendimentos às crianças e jovens, a saber:

BENEFÍCIOS CONCEDIDOS GRATUIDADES	2018	2017
Drads Casa Nova Vida	632.657,62	931.379,75
SASF Perus	565.868,14	928.300,68
Creche	311.964,21	454.051,95
Arte Vida	207.939,84	281.186,15
Cidade da Criança	203.459,01	260.981,21
Vou Vencer	147.519,10	235.565,84
Famílias Refugiadas	105.123,88	124.116,41
Leitura	105.060,05	105.183,00
Programa Reconstruir Perus	1.937,17	-
Totais	2.281.529,02	3.320.764,99

As gratuidades concedidas são incondicionais, e não exigem nenhuma contraprestação de seus beneficiários, são oferecidas em parcerias com órgãos públicos mediante convênios, conforme demonstrado no item 4.8 acima, foi transferido no exercício de 2018 o montante de R\$ 1.090.910,59.

No transcorrer do exercício de 2018 não sucederam as renovações dos convênios com os órgãos Públicos, com base

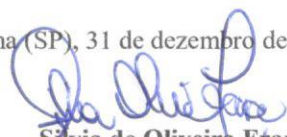
4.10 DESPESAS COM ATIVIDADES SOCIAIS

UNIDADES	FINANCEIRAS					2018	2017
	PESSOAL	MATERIAS	GERAIS	DESPESAS	RECEITAS		
Drads Casa Nova Vida	454.629,32	76.203,14	99.540,76	3.721,64	1.437,24	632.657,62	931.379,75
SASF Perus	426.532,85	52.206,77	87.199,18	2.400,76	2.471,42	565.868,14	928.300,68
Creche	277.476,66	15.074,37	18.221,94	1.207,68	16,44	311.964,21	454.051,95
Arte Vida	149.849,19	36.065,61	20.797,50	1.242,89	15,35	207.939,84	281.186,15
Cidade da Criança	139.177,68	28.067,32	32.358,60	4.267,55	412,14	203.459,01	260.981,21
Vou Vencer	123.981,39	18.318,76	3.627,80	1.674,26	83,11	147.519,10	235.565,84
Famílias Refugiadas	56.633,72	25.736,42	21.996,97	793,10	36,33	105.123,88	124.116,41
Leitura	100.533,60	2.189,00	1.375,23	974,50	12,28	105.060,05	105.183,00
Programa Reconstr. Perus	142,85	968,77	697,55	128,00	-	1.937,17	-
Devocional	-	-	-	-	-	-	30.511,55
Drads Cidade da Criança	-	-	-	-	-	-	550,07
Renas	-	-	-	-	-	-	850,95
Totais	1.728.957,26	254.830,16	285.815,53	16.410,38	4.484,31	2.281.529,02	3.351.577,42

nesta situação as atividades sociais reduziram em 31,93%, em comparação com as atividades sociais do exercício de 2017. Este cenário tende-se a manter para o próximo exercício, devido as dificuldades financeiras dos órgãos públicos em formalizar novos convênios.

As atividades sociais da creche são realizadas mediante convênio de coparticipação de gestão administrativa com a Prefeitura do Município de Araçariçuma, estabelecendo atendimento de até 135 crianças de idade de 02 anos a 06 anos, nos campos do lazer, alimentação e educação, a estrutura técnica é da responsabilidade da Prefeitura, renovado em 12/04/2017.

Araçariçuma (SP), 31 de dezembro de 2018


Sivia de Oliveira França
Presidente


Cláudio Roberto Lopes
CRC 1 SP/121.992/O-0



VISTO
EM
CONFERÊNCIA

Convênios firmados com os órgãos públicos Estaduais e Municipais para realizações de projetos sociais específicos de atendimentos às crianças e jovens. No exercício de 2018 houve uma redução na renovação de convênios, representando 39,19% em comparativo com exercício 2017.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ilma. Sra. Presidente, da

AEBVB Associação Educacional e Beneficente Vale da Benção.

Araçariçuama (SP)

Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras da Associação Educacional e Beneficente Vale da Benção, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação Educacional e Beneficente Vale da Benção, em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Associação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras. A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Associação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Associação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Associação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

Nº 15054

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e Internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria.

Além disso: identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião.

O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação.

Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas.

Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Associação a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 08 de março de 2019

AUDIPAC AUDITORIA E CONSULTORIA LTDA.
CRC 2 SP 020.924/O-0 CNPJ 03.340.779/0001-82



Paulo Antônio de Carvalho
CRC SP 116.600/O-0